

ATA DA 10.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

19 de março de 2015

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e quinze, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas onze horas, reuniu, em sessão ordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de cinco de março: _____

Ponto um - Tomada de posse de novo membro do Conselho. _____

Ponto dois - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Ponto três - Organização do ano letivo: apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente. _____

Ponto quatro - Dotação do pessoal não docente das escolas e agrupamentos de escolas: apreciação e votação de proposta de declaração da Comissão Permanente. _

Ponto cinco - Divulgação pública de documentos oficiais nos sítios eletrónicos das Escolas: apreciação e votação de proposta de pedido de esclarecimentos. _____

Ponto seis - Balanço de um ano de atividade do Conselho das Escolas. _____

Ponto sete - Assuntos diversos. _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, Anabela Alves Coelho Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Arnaldo José Teixeira Lucas, Carlos Jorge Pires Percheiro, David Carlos da Rocha Sousa, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa (apenas na parte da tarde), José Eduardo Lemos de Sousa, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira, Renato Madeira Alves e Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares, num total de vinte e três. Estiveram ausentes os conselheiros Fátima do Céu Carola Moreira, José António de Sousa (apenas na parte da manhã) e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro. _____

Ponto um - Tomada de posse de novo membro do Conselho. _____

Tendo o conselheiro José Octávio Mesquita, pelas razões referidas na reunião precedente, perdido a qualidade que lhe permitia ter assento neste Conselho, nos termos e para os efeitos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, o Presidente do Conselho das Escolas chamou para o integrar, Arnaldo José Teixeira Lucas, Diretor do Agrupamento Vertical Manoel de Oliveira, Porto, que figurava em segundo lugar na lista C do Quadro de Zona Pedagógica Um e que, assim, tomou posse na presente reunião. O Presidente deu as boas vindas ao novo

conselheiro, tendo este expressado a sua satisfação por passar a pertencer a este Órgão e declarado que irá dar o melhor de si no exercício das suas funções. _____

Ponto dois - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Depois de discutida a proposta de ata da reunião anterior e de terem sido clarificadas três declarações de outros tantos conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada com dezanove votos a favor e quatro abstenções, estas dos conselheiros Alexandre Canadas, Arnaldo Lucas, David Sousa e Telmo Soares por não terem estado presentes na reunião a que a ata respeita. _____

Ainda neste ponto, o conselheiro António Manuel Castel-Branco realçou a qualidade que têm tido as atas deste Conselho, posição subscrita pelo conselheiro Alfredo Mendes.

Ponto três - Organização do ano letivo: apreciação e votação de proposta de recomendação da Comissão Permanente. _____

O Presidente deu a palavra ao conselheiro António Ventura que, como relator da proposta de recomendação, fez uma breve apresentação da mesma. _____

De seguida, o Presidente explicitou as duas linhas fundamentais do documento em apreciação: os obstáculos decorrentes da Reserva de Recrutamento e a distribuição de serviço (reformulação do n.º 4 do art.º 11.º do Despacho Normativo n.º 6/2014, de 26 de maio). _____

O conselheiro Alfredo Mendes, referindo-se fundamentalmente à primeira questão, considerou esta situação de todo inadmissível e inexplicável. _____

O conselheiro David Sousa manifestou plena concordância com o teor da recomendação, tendo referido que, em Lisboa, o processo de validação dos horários até é rápido sendo, no entanto, inconcebível que, depois, aqueles fiquem a “marinar” mais de uma semana na Reserva de Recrutamento. Afirmou, ainda, que, no que toca à seleção dos candidatos da Bolsa de Contratação de Escola (BCE), a serem rigorosamente cumpridos os procedimentos, pode passar-se um mês sem que o horário seja preenchido. Assim, segundo este conselheiro, deveria pensar-se numa forma de agilizar mais este processo da BCE. _____

Segundo a conselheira Anabela Grácio, o documento em apreciação foca duas questões que são sintomas do mesmo problema: a falta de confiança na função e ação dos diretores para, por um lado, efetuarem a distribuição do serviço e, por outro, poderem fazer a seleção das pessoas de forma a que se dê prioridade a garantir o direito às aulas por parte dos alunos. No fundo, concluiu esta conselheira, a raiz do problema está na falta de confiança da Administração nos diretores das Escolas. _____

Para o conselheiro António Castel-Branco é importante distinguir-se recrutamento e distribuição de serviço. Concorda que, em relação a esta última questão, é clara a falta de confiança na ação dos Diretores. Já no que respeita ao recrutamento, alerta para o facto de haver as condicionantes que a legislação impõe em termos de prazos e dos direitos dos candidatos e que, por isso, terá sempre que se tentar conciliar as reais necessidades das Escolas com os direitos das pessoas envolvidas nos concursos.

O conselheiro Renato Madeira referiu que a falta de confiança na ação dos diretores acima referida é um facto que se revelou, por exemplo, na colocação dos docentes no grupo 910 e que irá acontecer algo parecido no grupo 120. _____

A conselheira Celeste Sousa, associada a toda esta problemática da distribuição de serviço, levantou a questão do Crédito de Apoio à Gestão (art.º 10.º do Despacho



normativo n.º 6/21014) porquanto, segundo ela, se forem atribuídas as duas horas para a direção de turma não restam horas para as “estruturas intermédias”, as quais é importante reforçar para, assim, se lhes poder pedir responsabilidades. Lamentou ainda que, em relação à questão da afetação das horas do crédito à direção de turma, a ação da IGEC não tenha sido uniforme em todo o País, o que não é benéfico nem para as Escolas, nem para o papel dos diretores. _____

A conselheira Isabel Le Gué concordou no geral com a opinião da conselheira anterior, mas reforçou a ideia de que nunca haverá crédito que compense as funções das estruturas intermédias, principalmente, nos “mega-agrupamentos”. _____

A conselheira Júlia Gradeço, ainda em relação a esta questão, referiu que a aplicação e utilização do crédito tem sido muito escrutinada pela IGEC. Além disso, deveria, em seu entender, ficar clarificada a forma de atribuição e distribuição dessas horas de crédito, até porque não conseguiu ainda encontrar uma linha orientadora para esta distribuição. _____

O conselheiro António Castel-Branco, também sobre este assunto, evidenciou as limitações que esta questão do crédito impõe à sua atribuição aos docentes do 1.º ciclo. _____

O Presidente interveio no sentido de fazer uma breve aferição sobre algumas das intervenções anteriores. Assim, começou por referir que não devemos nunca aceitar qualquer processo de contratação de pessoal ou distribuição de serviço que esvazie o papel e a ação das escolas. Depois, e relativamente à questão dos diretores de turma e das horas que lhes poderão ser afetas, alertou para o facto de, na sua opinião, o n.º 3 do suprarreferido art.º 10.º permitir que o Diretor faça a gestão da atribuição dessas horas com alguma flexibilidade. Por fim, em relação à recomendação, afirmou ser importante e fundamental o princípio de que a gestão e distribuição do serviço letivo seja feita de forma idêntica para os docentes de todos os ciclos de ensino, ou seja, nos termos da legislação em vigor, o docente pode permanecer na escola desde que haja um mínimo de seis horas letivas para lhe atribuir. _____

O conselheiro David Sousa questionou se não faria sentido uma abordagem global dos diversos pontos do Despacho, tendo o Presidente retorquido que o Despacho de organização do ano letivo já havia sido alvo de duas tomadas de posição do Conselho e que considerava não ser esta reunião o tempo para tal. _____

O conselheiro Fernando Elias, afirmando entender o ponto de vista do conselheiro David Sousa, apresentou como proposta de trabalho alterar-se o título da recomendação e retirar-lhe o seu segundo ponto. _____

A conselheira Lucinda Ferreira interveio no sentido de fazer um ponto de situação das questões fundamentais que estiveram subjacentes a esta recomendação. _____

O Presidente, percebendo e aceitando que se justificaria algum ajuste no documento, colocou à consideração uma proposta de alteração ao seu subtítulo. _____

Um pouco na mesma linha, o conselheiro António Ventura referiu que continua a achar a recomendação pertinente, justificando-se, porventura, uma alteração ao seu subtítulo, como propôs o Presidente. _____

O conselheiro António Castel-Branco voltou a intervir, lendo uma proposta de alteração ao documento, na parte introdutória. _____

O conselheiro Carlos Percheiro referiu que, independentemente do que este Conselho já escreveu sobre a questão da organização do ano letivo, deverá dedicar uma sessão



a esta problemática. Assim, segundo este conselheiro, deverá salvaguardar-se neste documento que o Conselho das Escolas, embora entenda desde já colocar as presentes questões, fará nova apreciação do teor do Despacho normativo n.º 6/2014. Para este conselheiro, desde que feita esta salvaguarda, o atual título da recomendação poderá manter-se. _____

O conselheiro Fernando Elias concordou com a necessidade de refletir sobre este diploma legal e, por isso, também entende que deverá ser salvaguardada nesta recomendação a questão de análise mais profunda e global em futura reunião deste Conselho. _____

O conselheiro Paulo Ferreira, um pouco no mesmo sentido, sugeriu que se faça constar na nota introdutória a esta recomendação a questão da futura apreciação da OAL. _____

O conselheiro David Sousa interveio novamente para declarar que, se se entende serem estes os grandes problemas a colocar, então tem pertinência a recomendação. A conselheira Isabel Le Gué manifestou concordância, no geral, com a proposta de introdução do António Castel-Branco, porquanto as questões que se colocam no documento são duas, mas estão interligadas. Entende, por isso, que deve ser alterado o título e acrescentar-se a introdução proposta pelo conselheiro Castel-Branco. _____

Na sequência de toda a discussão exposta, cerca das doze horas e cinquenta minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos para o período de almoço, convocando os membros presentes da CP para uma breve reunião destinada a analisar e conjugar todas as sugestões e propostas para apresentação ao Conselho, no recomeço dos trabalhos, de uma proposta única, global e mais estruturada. _____

Às catorze horas e trinta e cinco minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos tendo apresentado a todos os Conselheiros a proposta final da recomendação n.º 01/2015, a qual foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. _____

Ponto quatro - Dotação do pessoal não docente das escolas e agrupamentos de escolas: apreciação e votação de proposta de declaração da Comissão Permanente. _

O Presidente, na qualidade de relator da proposta de declaração, fez uma apresentação sucinta da mesma, referindo as alterações introduzidas pela Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, os pontos de aproximação destas alterações ao parecer n.º 4/2014 deste Conselho, as limitações/constrangimentos que se mantêm na fórmula de cálculo do rácio de PND das Escolas, as limitações que continuam a evidenciar os Contratos de Emprego e Inserção (CEI) e os problemas que esta questão continuará a levantar a curto/médio prazo nas Escolas. _____

O conselheiro Renato Madeira referiu que a proposta apresenta-se bem elaborada e toca nas questões essenciais do problema. _____

Ninguém mais querendo pronunciar-se sobre o documento em análise, o Presidente submeteu à votação a proposta de declaração n.º 01/2015, sobre a dotação do pessoal não docente das escolas e agrupamentos de escolas, a qual foi aprovada por unanimidade. _____

Ponto cinco - Divulgação pública de documentos oficiais nos sítios eletrónicos das Escolas: apreciação e votação de proposta de pedido de esclarecimentos. _____

O conselheiro Fernando Elias, relator deste documento, fez o enquadramento do mesmo e explicou as suas linhas gerais. _____



De seguida, o Presidente explicou o facto de ter-se optado por dirigir o documento à Administração Educativa bem como, de forma sucinta, o essencial do seu teor. _____

A conselheira Anabela Grácio declarou não concordar com este tipo de questões dado que, para ela, as mesmas não oferecem qualquer dúvida. Manifestou, ainda, a sua posição de discordância com o último parágrafo do documento, propondo a sua supressão. Declarou, por fim, que, em seu entender, mais do que publicitar pautas de classificações deverá haver é uma publicação profusa de resultados globais. _____

O conselheiro António Castel-Branco sublinhou que, obviamente, não deverão ser publicadas nas listas das turmas quaisquer referências que identifiquem os alunos que beneficiam de apoios e, por isso, tem dúvidas sobre a forma como este assunto é colocado num dos pontos do documento. _____

O conselheiro Fernando Elias voltou a intervir, enquadrando as questões colocadas neste documento não como questões de leitura, interpretação ou entendimento, mas de lei. Segundo este Conselheiro, a ideia deste documento é a do entendimento do CE à luz dos vários pareceres existentes. _____

Sobre isto, o Presidente fez questão de esclarecer que o que de importante se pretende esclarecer é se o que é publicado nas instalações escolares pode ser publicado nas páginas da internet das respetivas Escolas. _____

O conselheiro António Ventura, afirmando ser positiva a forma como estão a ser colocadas as questões, propôs que se colocasse à votação o ponto em discussão. _____

A conselheira Júlia Gradeço levantou ainda a questão de a publicação das pautas poder ser feita apenas na escola sede ou numa qualquer outra do agrupamento. _____

A conselheira Isabel Le Gué declarou que se revê na questão colocada pela conselheira Anabela Grácio, afirmando que também na sua escola não se publicam as pautas. No entanto, vê e percebe a necessidade de se colocarem estas questões. Declarou, por fim, que, em seu entender, não retira nada ao documento em apreço a supressão do parágrafo em causa. _____

Não havendo qualquer outro conselheiro que pretendesse intervir, o Presidente colocou à votação a supressão do último parágrafo da proposta do pedido de esclarecimentos, tendo a mesma sido aprovada com dezanove votos a favor e cinco contra. _____

De seguida, foi posta à votação a proposta de pedido de esclarecimentos sobre divulgação pública de documentos oficiais nos sítios eletrónicos das Escolas (já sem o último parágrafo, suprimido nos termos atrás referidos), tendo a mesma sido aprovado por unanimidade. _____

Ponto seis - Balanço de um ano de atividade do Conselho das Escolas. _____

Foi apresentada pelo Presidente uma sinopse da atividade do Conselho das Escolas, no período de janeiro de 2014 a janeiro de 2015. Nessa apresentação, detalhada quadro a quadro, foi realçado pelo Presidente, por um lado, a sua importância enquanto documento informativo do que foi a ação deste Conselho no período em apreço e, por outro, o carácter factual do mesmo. _____

O conselheiro António Castel-Branco felicitou o Presidente pela iniciativa e qualidade deste documento realçando, entre os vários elementos que o mesmo apresenta, a questão das despesas, sinal de transparência e que possibilita a todos uma noção dos montantes gastos com o funcionamento do Conselho. _____



A conselheira Anabela Grácio considerou que a apresentação deste documento mostra, desde logo, a quantidade de ações que se realizaram. Além disso, fez questão de sublinhar que, não só o documento é sintético e claro em relação ao trabalho realizado, como o facto de ele ser apresentado demonstra transparência sobre, por exemplo, as representações deste Conselho feitas pelo Presidente e outros conselheiros ou o número de vezes e em que fóruns este órgão esteve representado. Por isso, regista como muito positiva a apresentação desta sinopse. _____

O conselheiro Paulo Ferreira expressou a sua concordância com tudo o que até agora foi dito sobre este assunto, questionando se o mesmo não poderia por si ser enviado aos diretores da sua zona. Sobre isto, o Presidente informou que pretende divulgar esta sinopse na página eletrónica do Conselho. _____

Também o conselheiro Fernando Elias relevou a qualidade do documento. _____

O conselheiro José António Sousa, a propósito deste documento, frisou que este Conselho tem tido uma envolvente de funcionamento que não lhe tem sido favorável, isto é, comparando com momentos anteriores, houve no passado uma atuação da tutela que favoreceu mais a atuação do Conselho. Por isso, este documento releva, desde logo, a capacidade que o Conselho tem tido de fazer sentir a sua utilidade e importância, mas também permite mostrar para o exterior a importância e a ação deste órgão. Tendo havido uma clara alteração ao funcionamento deste Conselho, olhando em concreto para a produção do trabalho feito, ele ganhou bastante qualitativamente. _____

O conselheiro Luís Henrique Fernandes afirmou que, passado um ano e ao rever, através deste documento o que se fez, se sente orgulhoso por pertencer a este órgão porque está a trabalhar e tem tido uma agenda afeta e atenta ao que está a acontecer em termos de Educação no País. Salientou, ainda, que o enche de orgulho poder apresentar àqueles que representa um documento como este que mostra bem o que o Conselho tem feito. _____

O conselheiro Filinto Lima começou por declarar que, como revela o documento, o Conselho das Escolas, durante o ano em causa, trabalhou muito bem. Precisou que, em seu entender, este documento é revelador mais de organização do que de transparência. Concluiu, manifestando mais uma vez a opinião de que o Presidente deve alargar a sua confiança a outros elementos do Conselho, nomeadamente através da sua maior participação na produção dos documentos. _____

Um pouco no mesmo sentido, e em relação ao último aspeto referido pelo interveniente anterior, o conselheiro António Castel-Branco reforçou também a ideia de que os elementos não pertencentes à Comissão Permanente pudessem assessorar mais a elaboração dos documentos. _____

O conselheiro António Ventura sublinhou igualmente a qualidade do documento, revelador, obviamente, da capacidade de organização do Presidente mas, em seu entender, sem dúvida, sinal de transparência. Fez questão de esclarecer que tal entendimento não contém em si mesmo qualquer juízo de valor ou comparação com Conselhos anteriores, mas que objetivamente se está perante um ato e um documento que nunca existiu nos mandatos precedentes. _____

A conselheira Isabel Le Gué afirmou que este documento releva, antes de mais, a organização do Presidente e que se trata de um documento claro e objetivo, que surge agora, nunca antes se tendo feito. _____



O conselheiro Carlos Percheiro afirmou que, do seu ponto de vista, o Conselho das Escolas está hoje numa situação de independência e unidade (anteriormente estava dividido em regiões), como em termos legais está previsto. Segundo ele, o Conselho atual ganhou um respeito não existente anteriormente, pelo caráter de independência que assumiu, pelas metodologias de trabalho empregues e pela qualidade dos documentos produzidos. Manifestando-se orgulhoso por pertencer a este órgão e afirmando que nunca se sentiu limitado a emitir qualquer opinião sobre os assuntos discutidos, declarou que esta sinopse é sinal de organização do Presidente e um documento de uma qualidade excelente. _____

A conselheira Lucinda Ferreira concordou também que este é um documento muito bom e sinal de organização do Presidente, felicitando-o por isso. Referiu, de seguida, que cada Conselho teve o seu ambiente e que em todos se sentiu bem, não concordando, por isso, quer com críticas quer com comparações com Conselhos anteriores. _____

O conselheiro António Castel-Branco reforçou esta ideia, lembrando que vinte dos atuais elementos transitaram do Conselho anterior. _____

A conselheira Celeste Sousa felicitou o Presidente, quer pelo documento, quer pelo ano em análise que, segundo ela, correu muito bem. _____

O conselheiro José António Sousa interveio novamente para esclarecer que não quis, na sua anterior intervenção, fazer qualquer comparação, porquanto entende que a capacidade e condições de trabalhar agora são maiores e cada mandato foi marcado por uma envolvência diferente. _____

O conselheiro Fernando Elias expressou reconhecimento pelo trabalho de organização, frontalidade e metodologia que o Presidente tem imprimido ao órgão, manifestando que se sente mais valorizado em pertencer ao Conselho e mais habilitado por partilhar todo este trabalho realizado. Salientou, por fim, que será com as nossas diferenças que conseguiremos sempre fomentar e dinamizar o Conselho das Escolas. _____

Também o conselheiro Alfredo Mendes referiu que, não querendo fazer comparações, se sente mais confortável neste mandato do que nos anteriores e que o trabalho realizado tem sido valorizado e criado uma imagem muito positiva exteriormente. _____

Para encerrar este ponto, o Presidente apresentou e explicitou as principais ideias que estiveram subjacentes a este primeiro ano de mandato. Assim, afirmou que, desde logo e antes de mais, quis dar “existência” ao Conselho ou seja, que o mesmo fosse reconhecido e que se conhecessem as posições que toma sobre os assuntos a que é chamado a pronunciar-se, bem como sobre aqueles em que toma a iniciativa de se pronunciar. Enfim, que quem nos elegeu soubesse o que fazemos. A página eletrónica tem servido também este propósito de dar existência ao CE. Depois, tentou que este fosse um órgão independente e consistente na defesa dos interesses das Escolas, de forma a que estas o passassem a olhar com respeito. Na sua opinião, hoje o Conselho é respeitado pelas Escolas e pelo Ministério da Educação e Ciência, independentemente dos sinais que este possa dar sobre a forma como atende aos seus pareceres e recomendações. Depois, ainda, nas funções de Presidente teve sempre a preocupação de fazer com que a voz do CE fosse respeitada e tivesse dignidade institucional, o que se pode constatar pelos documentos que o Conselho tem produzido, nos quais se vê responsabilidade, assertividade e elevação. Manifestou, ainda, a convicção de que o Conselho ganhará se tiver um rumo de



independência face a quaisquer interesses que não os das Escolas. Concluiu referindo que, além destes princípios e objetivos que sustentaram e nortearam este primeiro ano de mandato, o objetivo maior é manter o nível e melhorar nos dois anos que faltam. _____

Ponto sete - Assuntos diversos. _____

O Presidente deu a conhecer a principal correspondência por si recebida e expedida, bem como as intervenções / participações em diversas ações, nomeadamente: _____

- Resposta à Petição n.º 468 (colocação de docentes da intervenção precoce); _____
- Resposta à Petição n.º 469 (rácios de pessoal não docente - associação de pais e EE da ESM) - a qual está a ser preparada; _____
- Resposta, em 09/03/2015, à solicitação do Sr. SEEAE relativamente à alteração ao diploma que rege os CME; _____
- Resposta a requerimento do Prof. Rui Aparício, em 20/02/2015, relativamente aos concursos de professores; _____
- Participação em debate sobre a descentralização de competências, organizado pela FENPROF, 28/02/2015, no Porto; _____
- Resposta positiva a convite do “Fórum de Vila do Conde” para participar em debate sobre municipalização, amanhã, dia 20/03/2015; _____
- Convite para participar num colóquio sobre descentralização e autonomia, no Fundão, em 30 de maio, ao qual ainda não deu resposta porque não sabe se estará disponível nessa data; _____
- Publicação do aviso n.º 2712/2015, de 12 de março - representantes do CE. _____

O conselheiro Alfredo Mendes abordou a questão da delegação de competências do Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares nos diretores, no quadro da “Municipalização”. A este respeito, o Presidente lembrou que, a pedido do Sr. Ministro da Educação e Ciência, em tempo este Conselho elencou as competências que podiam ser transferidas para todas as Escolas do país e, em seu entender, nunca se poderá discriminar as Escolas envolvidas no processo de “Municipalização”. _____

A conselheira Celesta Sousa, na qualidade de representante deste Conselho no IAVE, informou que vai realizar-se uma reunião deste órgão no próximo dia dez de abril. _____

De alguma forma associado a isto, o Presidente deu a conhecer que, numa reunião em que participara na véspera, em St^a Maria da Feira, manifestara ao Sr. Presidente do Conselho Diretivo daquele órgão que o processo do *Preliminary English Test* (PET) tem-se constituído como uma profunda falta de respeito às Escolas, aos diretores, às famílias e aos alunos. É inaceitável a perturbação que se tem causado às Escolas nesta altura de final de período, convocando professores de um dia para o outro, desviando-os das funções letivas e impedindo os alunos de terem aulas. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz concordou com a posição do Presidente, criticando, quer a altura das convocatórias, quer os prazos com que são efetuadas quer, ainda, o facto de se misturar o processo do PET com as Provas Finais. _____

A conselheira Lucinda Ferreira referiu que manifestara igualmente na véspera ao Presidente do Conselho Diretivo do IAVE o seu desagrado pela forma como este se apropria dos docentes de cada Escola e interfere no seu calendário de trabalho. Criticou, ainda, a questão da grelha apresentada pelo IAVE. Por tudo isto, apelou à nossa representante neste órgão que faça nele sentir que esta não pode ser a sua postura no relacionamento com as Escolas. _____



O conselheiro José António Sousa, ainda a propósito do mesmo assunto, informou que participara, na parte da manhã de hoje mesmo, numa reunião do IAVE, como a realizada em Sta. Maria da Feira, tendo para ele sido evidente que, além de se ter revelado um desperdício de tempo, a mesma demonstrou uma total falta de organização ou planeamento por parte daquele organismo. Referiu, ainda, que nessa reunião se falara do calendário deste processo para o próximo ano sem que, mais uma vez, fosse manifestada qualquer intenção ou vontade de ouvir as Escolas sobre o mesmo. Por isso, tal como a conselheira anterior, apela à nossa representante para que deixe registado nas reuniões que estes procedimentos são altamente perturbadores do ambiente nas Escolas. _____

A conselheira Isabel Le Gué, também sobre o PET, declarou que subscreve o que foi afirmado pelos conselheiros Lucinda Ferreira e José António Sousa. Além disto, fez questão de referir, ainda, que considera inadmissível e inacreditável que seja publicado um despacho em que se afirma que nas escolas em que os diretores não designem os examinadores os alunos serão prejudicados. Segundo esta conselheira, os alunos estão sim a ser prejudicados por este processo e esta organização. Considerou, ainda, inacreditável que este PET não possa ser aproveitado na avaliação interna dos alunos, já que os resultados são publicados após esta estar concluída. Por tudo isto, informou, por fim, ter feito um pequeno texto para os encarregados de educação dos alunos dos docentes que foram convocados pelo IAVE a alertar para o facto de que dificilmente se evitariam atrasos no cumprimento dos programas e metas, nas turmas lecionadas por estes docentes. _____

Ainda sobre o mesmo assunto, o conselheiro Renato Madeira informou que na reunião realizada na véspera, em Coimbra, fora levantada a questão de o certificado passado aos alunos poder não ter validade superior a dois anos, não tendo sido a questão esclarecida. _____

O conselheiro Telmo Soares abordou a questão das vagas de Quadro de Escola / Agrupamento criadas para o concurso de docentes, transmitindo uma posição dos colegas diretores do Algarve. Assim, expressou preocupação pelo facto de, dado que muitas das vagas publicadas, principalmente as positivas, não correspondem ao que fora proposto pelas Escolas, poder esta situação vir a criar horários zero. _____

Sobre isto, o Presidente afirmou que, pelas informações que lhe vão chegando de vários diretores, parece ter havido uma gestão centralizada das vagas, no sentido de as ampliar, o que poderá levar a que haja excesso de professores em algumas Escolas pondo em causa o lugar de quadro de alguns deles. Esta gestão centralizada das vagas, ampliando-as em muitas Escolas, pode ter o efeito perverso de obrigar muitos docentes de quadro à situação de mobilidade e, eventualmente, de requalificação. _

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, António Ventura dos Santos Pinto, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

António Ventura dos Santos Pinto _____

José Eduardo Lemos _____

